

Tribuna Parlamentar

INFORMATIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

alepe.pe.gov.br

À espera de um lar

Em Pernambuco, há cerca de 210 crianças adotáveis e mais de 900 interessados. Especialistas, pais e mães revelam desafios a serem vencidos para promover encontro dos sonhos desses que desejam partilhar afetos e constituir novas famílias.

Págs. 4 e 5

ACONTECEU NA ALEPE

Parlamento celebra bicentenário da Revolução de 1817

Para saudar a memória dos pioneiros do republicanismo no Brasil, a Assembleia Legislativa de Pernambuco realizou, no dia 6 de março, uma Reunião Solene pelos 200 anos da Revolução Pernambucana de 1817. O movimento, que teve início na mesma data e é considerado um dos mais importantes do período colonial, sofreu forte influência da maçonaria. Em razão disso, o grão-mestre da Grande Loja Maçônica, Janduhy Cassiano Diniz, recebeu placa comemorativa. Também participaram da comemoração o governador Paulo Câmara, o arcebispo de Olinda e Recife, Dom Fernando Saburido, o prefeito do Recife, Geraldo Julio, representantes do Judiciário e outras autoridades estaduais.



HENRIQUE GENECY

Enfrentamento da seca

Uma comitiva de 15 deputados visitou, no dia 14 de março, o Comando Militar do Nordeste para conhecer o papel do Exército no combate à seca no Sertão pernambucano. Na ocasião, foi detalhado para os parlamentares o funcionamento da Operação Carro-Pipa, que conta com quase 6,9 mil veículos contratados e atende 3,5 milhões de pessoas, que recebem, cada uma, 20 litros de água por dia. Para o presidente da Assembleia, Guilherme Uchoa (PDT), a palestra demonstrou o importante serviço que o Exército está prestando à sociedade. “Saímos com a certeza de que a instituição cuida muito bem das pessoas e dos recursos públicos. Ela vem atuando nas áreas mais necessitadas do Nordeste, enfrentando a seca, o problema mais crucial da região”, declarou.

Comissão Especial da Previdência

Estudiosos, representantes de instituições públicas, entidades da sociedade civil, sindicatos e associações de servidores públicos deverão ser ouvidos, ao longo dos próximos meses, pela Comissão Especial da Previdência Social. Instalado no dia 13 de março, o colegiado tem, na presidência, o deputado Sílvio Costa Filho (PRB). Além do relator, Rodrigo Novaes (PSD), e do vice-presidente, Lucas Ramos (PSB), os deputados Edilson Silva (PSOL) e Isaltino Nascimento (PSB) completam a composição. No dia 20 de março, o grupo realizou a primeira audiência pública para debater a reforma proposta pelo Governo Federal.

VOCÊ NA ALEPE

“Essa CPI é de fundamental importância porque recebemos profissionais formados por todas as escolas credenciadas pelo Ministério da Educação. Neste espaço, podemos tomar conhecimento das irregularidades que vêm acontecendo.”



Róbelia Lopes

Membro do Conselho Regional do Serviço Social de Pernambuco, que conferiu, em 6 de março, a apresentação dos desdobramentos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou cursos superiores irregulares em Pernambuco.

“É importantíssimo abrir a Casa para os trabalhadores, com a intenção de debater a questão da reforma previdenciária. A Alepe deve estar sempre discutindo em defesa da sociedade e dos trabalhadores.”



Israel Torres

Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) em Pernambuco, no dia 20 de março, durante audiência pública promovida pela Comissão Especial da Previdência Social, instalada na Alepe para tratar do tema.

EM FOCO

Laços de amor

“Criança não se escolhe; criança se recebe.” Esse e outros depoimentos estão reunidos na série documental *Histórias de Adoção*, cuja segunda temporada estreou em março, no canal de televisão por assinatura GNT. Roberto Berliner, diretor da série e pai adotivo de duas crianças, usa a própria experiência como ponto de partida para dar voz a pais, filhos e irmãos unidos pelo elo do afeto. Os sentimentos, preconceitos e dificuldades vividos por esses indivíduos – que passam a fazer parte de arranjos familiares cada vez mais diversificados – permeiam de emoção os 26 episódios que compõem as duas temporadas disponíveis. A trilha sonora é do pernambucano Lula Queiroga, que compôs a música *Portão* especialmente para a série. No ar às 22h das terças-feiras, com reprises durante a programação.

DIVULGAÇÃO/GNT



Fique Sabendo

Todos os episódios da série podem ser vistos também pela Internet, no GNT Play. Confira o trailer de apresentação da segunda temporada do *Histórias de Adoção*:



Errata

O vitral do Palácio do Campo das Princesas, cuja fotografia ilustra a capa da edição de março de 2017, é de autoria da



empresa *Formenti & Cia.*, e não do artista Henry Moser, como informado. O crédito foi corrigido na versão *on-line*. Pedimos desculpas aos leitores e agradecemos ao historiador Leonardo Dantas Silva pela contribuição.

Acompanhe também os perfis da Alepe nas redes sociais e fique por dentro das atividades que acontecerem dentro da Casa. Além de informar, as plataformas facilitam a participação dos cidadãos no Legislativo, construindo debates e colaborando com decisões importantes na vida do povo pernambucano.



alepeoficial



assembleiape



fotoalepe



● INTERIOR

Instituições financeiras na berlinda

RINALDO MARQUES

Parlamentares pressionam por retomada de serviços bancários em cidades afetadas por roubos e explosões de agências

Edson Alves Jr.

A clientela de Samir Félix, dono de uma farmácia em Barreiros (Mata Sul), tem rareado há um ano. A razão, de acordo com o empresário, tem pouco a ver com qualquer problema no estabelecimento. A causa seria as recentes explosões e arrombamentos que afetaram os três bancos do município. “Nossa cidade tem muitos aposentados e pensionistas, pessoas que têm dificuldade em usar cartões de débito ou crédito. Como eles vão sacar o dinheiro em localidades vizinhas, acabam fazendo as compras por lá”, relata.

Duas das agências afetadas voltaram a funcionar, mas a que tinha maior atuação na cidade – a do Banco do Brasil – não permite mais saques e depósitos. Assim como seus clientes, Félix é obrigado a se deslocar para bancos em outros municípios, sendo os mais próximos Tamandaré, a 15 quilômetros de distância, e Maragogi (AL), a 29 quilômetros. “Preciso ir a esses locais fazer depósitos para pagar meus fornecedores, o que aumenta meus custos”, explica.

Essa realidade – que vem prejudicando a população, principalmente no Interior do Estado – motivou uma audiência pública na Assembleia Legislativa no último dia 8 de março. “Percebemos que o pós-assalto é pior do que o próprio ataque”, sintetiza o deputado Antônio Moraes (PSDB), que solicitou o debate.

O Sindicato dos Bancários de Pernambuco contabiliza um montante de 25 agências fechadas e 28 que passaram a atuar sem fornecer dinheiro físico. A entidade também soma 346 ações violentas contra instituições financeiras no Estado somente em 2016, alcançando 30% dos municípios. Já a Secretaria Estadual de Defesa Social (SDS-PE) fala de 148 investidas a bancos em 2016 e 17 ações desse tipo registradas em 2017 – sem levar em conta assaltos a lotéricas e postos de atendimento.

As dificuldades para a reabertura das agências são maiores no Banco do Brasil. “Das 184 dependências do BB em Pernambuco, 73 (44%) foram alvo de algum ato criminoso”, explica o gerente-executivo da Diretoria de Segurança Institucional da corporação, Luís Fernando Martins. Ele afirma, ain-

da, que 49% das unidades afetadas desde 2015 têm obras em andamento, e 23% ainda não teriam uma solução definida para voltar a funcionar.

O Governo do Estado reagiu ao problema da falta de serviços bancários nas cidades atingidas por meio do Serviço de Proteção ao Consumidor (Procon-PE). O órgão propôs um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para que os bancos reabram as agências fechadas e adotem medidas de segurança, como a inutilização de cédulas no caso das explosões de caixas automáticos.

Como a proposta foi recusada pelas instituições financeiras, o Procon dará continuidade ao processo, analisando cada banco individualmente, o que pode render multas de até R\$ 7,5 milhões. O BB foi o primeiro a ser atingido, com multa de R\$ 4 milhões, determinada no último dia 20. “O setor financeiro é um dos poucos segmentos econômicos que lucram na crise. Então não podemos deixar que se faça o consumidor pagar o preço da falta de segurança”, considera o deputado Aluísio Lessa (PSB), que preside a Comissão de Desenvolvimento Econômico da Alepe.



Agência na Av. Agamenon Magalhães sofreu assalto em março

As instituições financeiras alegam já utilizar alguns dos equipamentos exigidos pelo Procon. O Banco do Brasil, por exemplo, garante que 31% de seus caixas eletrônicos no Estado já possuem dispositivos que inutilizam cédulas roubadas. Para o secretário de Defesa Social, Ângelo Gioia, essas entidades ainda fazem pouco. “Já existem equipamentos e dispositivos que tornariam os ataques pouco atrativos. Porém, os bancos só vão investir mais quando uma lei federal exigir isso”, acredita o gestor.

Gioia ressalta, também, que os assaltos e explosões são feitos por quadrilhas de atuação nacional. Ele defende o julgamento federalizado desses crimes. Propostas de lei sobre o assunto vêm sendo discutidas tanto na Alepe quanto no Congresso Nacional.

O diretor jurídico do Sindicato dos Bancários, João Rufino, sugere a aplicação em todo o Estado das regras de segurança existentes, por força de lei municipal, no Recife. “Todas as agências de Pernambuco deveriam ter portas giratórias, biométricos em guichês e guarda-volumes”, ressalta. “Outro problema é que, no Interior, a maioria das cidades são guarnecidas por três ou quatro policiais responsáveis por proteger até 20 mil pessoas.”

De acordo com a SDS, grupos de policiamento ostensivo foram reestruturados no Interior para enfrentar o problema, recebendo treinamento específico e armas de grosso calibre. Além disso, a Polícia Civil conta com dez equipes de investigação dedicadas exclusivamente ao tema. Desde 2016, essa força-tarefa prendeu mais de 150 assaltantes de banco e desarticulou 20 quadrilhas.



● ADOÇÃO

Famílias em constru

Obstáculos e possibilidades permeiam o caminho dos pequenos que precisam reescrever suas próprias aventuras. O amor é personagem principal de um enredo que pode ter um fim feliz.

Ivanna de Castro

Fantasiados de super-heróis ou de princesas da Disney para uma brincadeira pré-carnavalesca, as crianças que vivem no abrigo Lar Paulo de Tarso, no Recife, não sonham com grandes aventuras ou com o mundo encantado dos personagens que encarnam. Ao visitá-los, logo percebe-se que o desejo desses pequenos protagonistas de histórias impactantes é, simplesmente, levar uma vida comum. Ter alguém para chamar de pai ou de mãe e receber cuidados, carinhos e limites inerentes ao núcleo familiar formam o enredo que eles gostariam de viver.

“Você volta amanhã?” ou “Posso ir com você para a sua casa?” são perguntas repetidas com frequência aos visitantes, deixando transparecer uma carência que – por mais estruturado que seja o espaço que os acolhe – não é suprida por completo. É o que entende Mariana Vieira,

psicóloga responsável pelo abrigo. “Aqui, eles são encaminhados para serviços de saúde, recebem atendimento psicológico, têm seis refeições diárias, acompanhamento escolar e liberdade para ser criança. O espaço funciona como um oásis de carinho e cuidado, mas não pode ser definitivo. É numa família que eles viverão o processo de individualização, importante para o desenvolvimento do ser”, analisa.

Na organização não governamental (ONG) vivem, atualmente, 17 crianças a partir dos 2 anos de idade. Segundo Mariana, o tempo médio de permanência dos acolhidos é de um ano, embora haja casos como o de Roberta*, menina que chegou à instituição aos 6 anos e já completou seu 13º aniversário.

A psicóloga explica que uma parte dos acolhidos retorna aos lares originais quando os problemas que os levaram a ser separados dos pais são sanados. Os demais aguardam uma segunda chance, em uma nova família. “Todos expressam o sonho de ter seu canto e de conviver com

pais e irmãos. O desejo não é, necessariamente, de voltar ao convívio da família biológica. Eles buscam, na verdade, uma figura que ocupe o lugar de cuidado que foi negado a eles”, explica.

De acordo com o Cadastro Nacional de Adoção (CNA), existem, no Brasil, mais de sete mil crianças e adolescentes aguardando uma família e cerca de 35 mil pessoas habilitadas para recebê-los. Apenas em Pernambuco, até 6 de fevereiro deste ano, havia 210 adotáveis e 904 pessoas interessadas em adotar. Uma análise rápida desses números pode levar a uma interpretação equivocada: a de que é questão de tempo para que essas famílias sejam finalmente formadas.

No entanto, há outros fatores a serem considerados nessa matemática. De acordo com o titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude do Recife, Élio Braz, cerca de 80% dos jovens cadastrados no Estado têm mais de 10 anos, faixa etária menos procurada. Além disso, 21,4% têm algum problema de saúde, 60,9% são

de cor parda e quase 70% integram grupos de irmãos, perfis que costumam ser preteridos no processo.

“O tempo de espera por um bebê no Recife é de, aproximadamente, cinco anos. No entanto, se o adotante ampliar seu interesse para crianças maiores, com algum tipo de deficiência ou com irmãos, por exemplo, a adoção é quase imediata”, revela o juiz, informando que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determina que se evite, sempre que possível, romper vínculos fraternos.

Braz acrescenta características comuns entre esses jovens: a maioria é vítima do que ele classifica como “abandono transgeracional”. “Muitas vezes, aquela mãe que negligencia seu filho já tem uma história de violações de direitos – foi desassistida pela família ou pelo parceiro, não tem oportunidade de estudo e trabalho e enfrenta violências de gênero. É uma pessoa abandonada que reproduz esse processo com o filho”, avalia.

A percepção é compartilhada pela psicóloga Mariana Vieira. “Em mui-

tos casos, os pais não enxergam a violação de direitos e, por isso, não entendem por que perderam a guarda do filho. Percebemos que a desestruturação familiar é habitual nesse contexto”, aponta. “Mesmo muito ruim, a condição de vida oferecida à criança pelos pais é, às vezes, melhor do que a desfrutada por eles na infância.”

CONDUTA

Antes de iniciar o processo de destituição do poder familiar e inserir a criança no cadastro de adoção, o Poder Público tenta resgatar as condições para que ela retorne ao lar de origem. Em seguida, procuram-se outros parentes que queiram acolhê-la. Frustradas as tentativas, a destituição deve ocorrer em até 120 dias, em um processo que garante a defesa dos envolvidos e preza pela celeridade, para reduzir os danos à criança, explica o juiz Élio Braz.

O passo seguinte é incluí-la no cadastro, no qual também estão registrados os indivíduos que a Justiça, após análise documental e avaliação multiprofissional, considerou aptos

* Nome fictício.

O que fica na fotografia

Sem qualquer objeção ou ressalva, os irmãos Maria Clara, de 5 anos, e Nicolás, com 3, entregaram o comando de suas vidas a uma família que os preencheu com todo o amor que sonhavam ter. Inverter a perspectiva do processo de adoção é uma prática que a mãe das crianças, Ana Carolina Mendes, costuma exercitar. “São seres muito corajosos que, depois de passar por situações difíceis e dolorosas, adotam adultos desconhecidos para confiar a eles suas vidas”, resume.

Ana Carolina e o marido, Alexandre Mendes, tornaram-se pais de Maria Clara e Nicolás há pouco menos de um ano. O casal revela que a preparação começou em 2013, quando decidiu buscar o Cadastro Nacional com a ideia de adotar uma única criança, de até 3 anos. Com o tempo, os planos foram amadurecendo. “Depois de muitas conversas e esclarecimentos do Gead, nos sentimos preparados para adotar mais de uma criança, estender o limite de idade, bem como abraçar um filho

com alguma doença ou deficiência”, revela Ana.

A filha do casal possui a síndrome de Dandy-Walker, uma malformação cerebral que provoca, entre outras coisas, aumento da caixa craniana e atraso no desenvolvimento motor. Após passar por cirurgia e receber estímulos diários dos pais, Maria Clara, assim como Nicolás, desenvolvem-se normalmente e já se habituaram ao novo lar. “Não são bonecos que enfeitam uma estante. O adulto que decidir adotar alguém precisa amar in-

HENRIQUE GENECY



Alexandre e Ana Carolina, com os filhos Maria Clara e Nicolás: “Nos sentimos preparados”

ção

ver o início das inal feliz

a adotar alguém. A chamada segue critérios temporal e de territorialidade: primeiro buscam-se famílias da cidade da criança, depois do Estado e do País para, por fim, autorizar-se a adoção internacional.

“As únicas opções de se adotar uma criança sem passar pelo CNA são os casos de pessoas que se tornam pais de filhos de cônjuges ou quando um parente adota uma criança abandonada pelos pais. Qualquer outra via, como acolher menores de famílias pobres por iniciativa própria, é ilegal e será revertida pela Justiça”, frisa Braz.

Presidente do Grupo de Estudos e Apoio à Adoção do Recife (Gead), Guilherme Moura complementa que, por mais bem intencionada que seja, a atitude é prejudicial e acaba fortalecendo uma ideia equivocada sobre adoção. “Mais comuns no Interior, onde a presença do Poder Público não é tão forte, as ‘adoções por caridade’ geram o mito do ‘filho de criação’, que ocupa lugar secundário na família”, observa, lembrando que filhos, independentemente da ori-

gem, possuem os mesmos direitos legais.

A ONG presidida por Moura, que adotou seus quatro filhos e escreveu o livro *Pai e mãe de verdade*, atua para derrubar preconceitos e esclarecer os interessados no processo. “Muitos querem ter um filho em busca de companhia na velhice; outros para ajudar uma criança. Mostramos que não se deve adotar com o objetivo de salvar alguém, porque, mais tarde, essa conta será repassada ao filho”, analisa. “A motivação de formar uma família adotiva deve ser, unicamente,

o desejo de ser pai ou mãe de uma criança”, aconselha.

Outro aspecto trabalhado nas reuniões do Gead – mensais e abertas ao público – são as características da família adotiva, que ele define como “plurais, coloridas e baseadas no amor”. “É o vínculo afetivo que faz alguém virar pai ou mãe de outra pessoa. Tal compreensão legitima os mais variados arranjos familiares: monoparentais, homoafetivos, de pessoas recasadas”, concluiu.

O reconhecimento também é legal. “Qualquer adulto pode adotar,

desde que seja constatada, pela Justiça, capacidade de exercer o poder familiar: guardar, sustentar e educar. Questões culturais, sexuais e religiosas não são matéria de adoção e não interessam ao Estado laico”, elucida o juiz Élio Braz.

SERVIÇO:

Os encontros do Grupo de Estudos e Apoio à Adoção do Recife (Gead) são realizados no Lubienska Centro Educacional (Rua Souza Bandeira, 255, Zumbi). Mais informações: <https://geadrecife.wordpress.com>
Fone: (81) 99636-8171

Fique Sabendo

Por iniciativa da deputada Teresa Leitão (PT), a Lei Estadual nº 14.349/2011 instituiu, no Calendário Oficial de Eventos do Estado, a Semana Estadual da Adoção, a ser realizada próximo ao dia 25 de maio. A proposta é de que, no período, sejam promovidos debates e reflexões sobre o tema.



No Lar Paulo de Tarso, 17 crianças entre 2 e 13 anos de idade aguardam o acolhimento de uma família



Paulo e Sérgio são, respectivamente, o “papai” e o “painho” das pequenas Alice e Aline

condicionalmente, respeitando a história e o momento do filho”, alerta Ana.

Alexandre aconselha os interessados a se preparar para a decisão. “É preciso entender seus próprios limites. Há casais que se sentem preparados para ser pais de filhos com deficiência, e outros não. É essencial, portanto, que a decisão seja discutida e trabalhada”, opina.

Casados desde 2013, Paulo e Sérgio Costa Floro foram “adotados”, respectivamente, como “papai” e “painho” de Alice, de 6 anos, e de Aline, com 4. Eles revelam apreensões que fizeram parte do processo. “Tinha medo de não ser aceito ou respeitado como pai”, revela Paulo. “Além

disso, tive receio de receber crianças que, por conta da realidade preconceituosa em que vivemos, pudessem reproduzir uma cultura homofóbica.” Não foi o caso das irmãs: logo no primeiro encontro, ainda no abrigo, Alice verbalizou, sem ressalvas, o desejo de ser adotada pelo casal.

Em agosto de 2016, as meninas finalmente ganharam um novo lar e, com diálogo, carinho e limites, não tiveram dificuldades de compreender que aquela família lhes proporcionaria o afeto que faltou a elas. “Tenho consciência de que minhas filhas são pessoas em formação e de que meu compromisso é colocá-las sempre como prioridade na minha vida, dando amor e orientação. Meu objetivo

como pai de Alice e Aline é oferecer a elas as condições necessárias para que se desenvolvam em toda a sua capacidade”, compromete-se Sérgio.

O casal avalia, no entanto, que ainda há barreiras em torno da adoção a serem superadas. “A sociedade precisa parar de ver os filhos adotivos como um ‘plano B’. Tenho colegas férteis, que já têm filhos, mas optaram por adotar também. Isso não pode ser visto com estranheza, mas como uma opção de planejamento familiar”, defende Paulo. Sérgio acrescenta: “É preciso naturalizar a questão. Eu simplesmente decidi ter filhos, e isso não é um ato de altruísmo ou bondade. É uma decisão que mudou a minha vida, assim como seria com filhos biológicos”, conclui.

● CULTURA

Para alavancar a produção cultural

Governo propõe mecanismos para financiar iniciativas independentes e atender a demandas do setor, que gera mais de 9 mil postos de trabalho por ano em Pernambuco

André Zahar

“Há 17 anos, quando era musicista de Lia de Itamaracá, a gente tentou apoio, via lei de incentivo, e não chegou nem perto. Naquela época, maracatu, afoxé e coco não eram considerados cultura. Ícones como ela, Selma do Coco e Mestre Salustiano não conseguiam nada. Mestres da cultura popular morriam sem gravar um CD. Eu vi a luta dessas pessoas.”

A declaração de Mãe Beth de Oxum – produtora do Coco do Guadalupe, em Olinda, e integrante do Conselho Estadual de Política Cultural – se refere à situação que precedeu a criação, em 2002, do Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (Funcultura). Desde então, esse se tornou o principal mecanismo do Sistema de Incentivo à Cultura (SIC), reduzindo a chamada “política de balcão”, quando os artistas dependiam de relações diretas com a iniciativa privada para obter apoio financeiro a seus projetos. Por meio do Funcultura, produtores e artistas disputam seleções públicas anuais e, se aprovados por uma comissão, recebem recursos diretamente do Estado. Atualmente, há cerca de dois mil inscritos ativos no Cadastro de Produtor Cultural (CPC).

Para se ter uma ideia da importância do Funcultura, um relatório encaminhado à Alepe em 2015 indica, naquele ano, cerca de 9,5 mil postos

de trabalho gerados pelas iniciativas contempladas. Àquela altura, quase três mil projetos haviam passado pelo crivo dos editais.

Joana D’Arc Ribeiro, coordenadora do Ponto de Cultura Poço Comprido, na zona rural de Vicência (Mata Norte), atuou em projetos aprovados, como a Mostra Rural de Cinema e a formação em artesanato da fibra de bananeira. No atual cenário da cultura nacional, ela considera o Funcultura “uma das poucas alternativas”. “A cada ano, mais produtores e grupos se cadastram, sendo uma forma positiva de mover essa economia”, observa a produtora, que defende a desburocratização do processo de inscrição como forma de incluir ainda mais “fazedores de cultura”.

Em 15 anos, a consolidação do fundo foi acompanhada de ajustes e revisões. Em 2007, por exemplo, foi lançado o edital exclusivo para fomento ao audiovisual. À frente da Cinemascope Produções, Emilie Lesclaux contou com apoio do Funcultura para a realização, entre outras produções, dos premiados filmes *O Som Ao Redor* (2012) e *Aquarius* (2016), dirigidos por Kleber Mendonça Filho. Ela destaca a pressão e articulação da sociedade civil para o fortalecimento do mecanismo de financiamento, sublinhando como pontos positivos os recursos destinados, os critérios estabelecidos e a composição de comissões avaliadoras.

Por outro lado, a produtora pontua o que considera problemas no funcionamento. “Burocracia excess-

siva, ausência de investimento na digitalização das inscrições e da prestação de contas, atrasos nas liberações e na liberação dos recursos. Acho que o fundo cresceu muito, mas a estrutura para administrá-lo dentro da Fundarpe é insuficiente”, avalia.

HENRIQUE GENECY



Para Emilie Lesclaux, articulação da sociedade civil fortalece instrumentos de fomento

MUDANÇAS

No início de 2017, o Governo do Estado encaminhou para a Assembleia Legislativa o Projeto de Lei nº 1157, que propõe alterações no SIC. A proposição recria o Mecenato Cultural (patrocínio privado em troca de isenções fiscais) e institui o Crédito Pernambucano de Incentivo à Cultura (CredCultura), por meio do qual serão concedidos empréstimos aos produtores. Os dois novos mecanismos contarão com fundos de financiamento próprios.

Em relação ao Funcultura, a proposta prevê um orçamento anual mínimo de R\$ 36 milhões, com percentuais fixos para as categorias, incluindo duas novidades: o Funcultura Governamental, para ações dos municípios e para gastos com a própria administração do SIC, e o



Beth de Oxum: “Mestres da cultura popular morriam sem gravar CD”

Microprojeto Cultural, destinado a produções de baixo orçamento. O projeto prevê, ainda, a realização de concurso público para os quadros do SIC no prazo de dois anos.

O secretário estadual de Cultura, Marcelino Granja, garante que o Mecenato Cultural de Pernambuco (MCP), visto com ressalvas pela classe artística quando anunciado em 2015, será acompanhado de medidas para evitar problemas que, no passado, contribuíram para a sua extinção. Entre eles, a concentração em poucos produtores, artistas e linguagens, e o reduzido poder decisório da sociedade. De acordo com o gestor, a Comissão de Análise de Projetos (CAP) do MCP e do CredCultura funcionará nos mesmos moldes da Comissão Deliberativa do Funcultura.

“Os projetos do mecenato serão aprovados pelo mérito e orientados pela política pública. Haverá limites de projetos e de valor e será exigida das empresas uma contrapartida destinada ao CredCultura”, explica. “Além disso, com a criação dos dois novos fundos, o dinheiro não vai diretamente para o produtor cultural, como ocorria antes”, acrescenta Granja, ressaltando que há empresas que deixam de financiar a cultura em Pernambuco devido à inexistência desse mecanismo.

O Microprojeto Cultural, segundo o secretário, será pago na modalidade de prêmio, o que garantirá seleção e pagamentos simplificados. O gestor afirma, ainda, que a informatização do processamento do Funcultura está sendo implementada. Ele acrescenta que os atrasos nas liberações de recursos são pontuais, devendo-se, principalmente, ao passivo referente ao período de 2010 a 2014, quando o valor disponibilizado nos editais foi superior ao de receitas verificadas.

Na Alepe, o clima é favorável à proposta. A presidente da Comissão de Educação e Cultura, Teresa Leitão

(PT), cobrou, porém, o envio de um novo projeto para a inclusão específica do setor de cultura popular nos incentivos. “Hoje isso é feito via produtor e os brincantes e mestres populares ficam prejudicados”, observa. O deputado Tony Gel (PMDB) endossa a avaliação: “As instituições organizadas levam vantagem na captação de recursos. O projeto ainda não é o ideal, mas tem grande alcance”.

Já o deputado Rodrigo Novaes (PSD) pediu uma regra específica para municípios com menos de 50 mil habitantes. “Nas festas de padroeiro e de aniversário, no Interior, há dificuldade de obter verbas. É importante que, ali, as empresas não precisem dar a contrapartida prevista”, sugere.

Em audiência pública sobre o tema na Alepe, em 22 de março, as críticas de produtores e agentes culturais concentraram-se no Funcultura Governamental. Eles alegaram que os projetos do Estado já contam com recursos previstos em lei orçamentária. Representantes do Governo contra-argumentaram, porém, que a nova categoria se justifica para suprir despesas administrativas, antes custeadas pelos produtores, bem como para permitir que transferências entre fundos estaduais e municipais ocorram por meio de editais. “Precisamos cuidar dos equipamentos públicos para que a produção independente possa circular”, acrescenta a presidente da Fundarpe, Márcia Souto.

Para Beth de Oxum, o acesso ao SIC tem sido democratizado, e as verbas aumentaram consideravelmente, como decorrência das pautas levantadas pela sociedade. “Temos a prática de monitorar as políticas implementadas e, quando é o caso, fazer oposição. Quanto mais a sociedade participa, mais perspectivas de melhoras a gente tem”, crê.

Principais mudanças contidas no PL nº 1157/2017

	Atualmente	Com a nova lei do SIC
Mecanismos	Funcultura	Funcultura, Mecenato Cultural e CredCultura
Editais	Geral, Audiovisual e Música	Geral, Audiovisual, Música, Governamental e Microprojeto Cultural
Valor anual mínimo	R\$ 33,5 milhões	R\$ 36 milhões

Crianças devem receber pulseira de identificação em eventos públicos

Previsão contida na Lei Estadual nº 15.982/2017 entrou em vigor em fevereiro deste ano

Malu Coutinho

“ Estava olhando minha irmã durante uma festa de Carnaval no Parque Dona Lindu, quando, de repente, ela sumiu. Entrei em pânico, me desesperei, até que, depois de uns 30 minutos, a encontrei brincando em um lugar mais afastado. Isso serviu de alerta, pois, por um pequeno descuido, poderia ter acontecido algo bem mais grave”, narra a universitária Mariana França, irmã mais velha de Milena, 9 anos. Ocorrido em fevereiro deste ano no espaço à beira-mar situado no bairro de Boa Viagem, no Recife, o episódio é mais comum do que se imagina. Segundo dados da Secretaria Estadual de Defesa Social (SDS-PE), no ano passado, cerca de 98 crianças desapareceram no Estado. Dessas, apenas 18 foram encontradas.

Em razão disso, o deputado Álvaro Porto (PSD) apresentou o projeto que deu origem à Lei Estadual nº 15.982/2017. A norma obriga o fornecimento gratuito de pulseiras de identificação a crianças de até 12 anos nos eventos públicos em que haja grande circulação de pessoas. O parlamentar explicou que se preocupa em garantir proteção, segurança e integridade para os responsáveis e para as crianças. “Muitas vezes, notícia-se o desaparecimento de meninos e meninas em eventos. A lei, portanto, é voltada para evitar que isso aconteça”, afirma.

Fornecida aos pais ou responsáveis, mediante simples solicitação, a pulseira conterá espaço em branco para preenchimento do nome completo da criança e do seu responsável, bem como endereço e telefone de contato. O material precisa ser resistente à água, não tóxico e hipoalergênico. Ainda deverá apresentar lacre de fechamento seguro, que impeça a

sua reutilização, transferência e inviolabilidade.

O município de Olinda é um dos que estuda a regulamentação da medida. Em nota, a Prefeitura declarou já ter acionado os secretários municipais responsáveis pela elaboração de eventos públicos de grande porte na cidade. “Com a finalidade de criar mecanismos para o cumprimento da nova regra, agentes das pastas de Desenvolvimento Social, Turismo e Patrimônio e Cultura estão debruçados sobre a lei para que, a partir dos próximos eventos públicos de grande porte, as orientações sejam cumpridas”, ressalta o texto. A Lei 15.982 considera locais com grande circulação aqueles que possam concentrar mais de 150 pessoas.

Em vigor desde o dia 23 de fevereiro, a matéria prevê as penalidades constantes da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) em caso de descumprimento.

HENRIQUE GENECY



Lei considera locais com grande circulação aqueles que possam concentrar mais de 150 pessoas

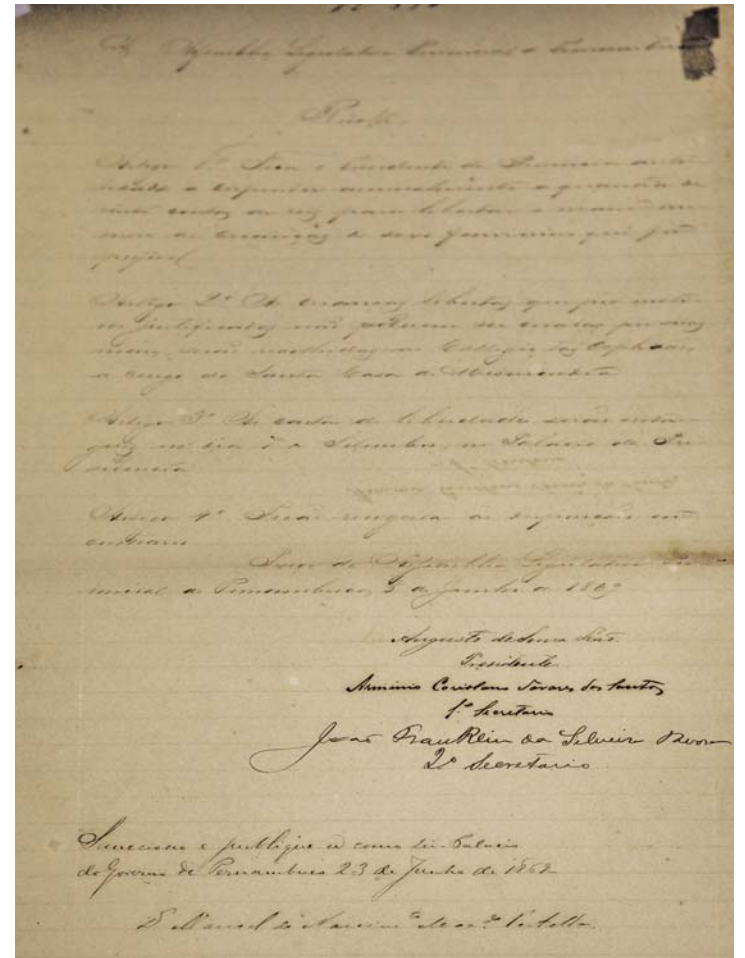
Documento Histórico

Petição do século 19 revela normas do Colégio dos Órfãos

Na segunda metade do século 19, o movimento abolicionista ganhou força no Brasil. Pioneiro na defesa da liberdade, Pernambuco promovia, antes mesmo do avançar da legislação e da criação da Lei do Ventre Livre, em 1871, a alforria de crianças. A Lei nº 885 de 1869 já autorizava a utilização de 20 contos de réis, anualmente, para libertação do maior número possível de meninas.

Caso essas crianças não pudessem ser criadas pelas mães, eram recolhidas ao Colégio dos Órfãos, gerido pela Santa Casa de Misericórdia, e tinham as cartas de liberdade garantidas. Responsável pela educação de “órfãos, enjeitados e expostos”, a instituição cuidava de meninas dos 7 anos até a “idade de casar”. Elas aprendiam a realizar atividades domésticas, a ler, a escrever e a contar, recebendo um tipo de educação que não estava disponível para a maioria da sociedade à época.

Às moças, era assegurado, ainda, o direito ao dote, salvo se infringissem o regulamento do colégio. Foi o caso de Maria Clementina de Souza Pimentel, ex-educanda que se casou com Carlos Alberto Ferraris. O noivo solicitou à Assembleia Provincial, por meio de Petição, em 1873, o recebimento do valor, que foi negado em razão do mau comportamento da esposa enquanto interna.



CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo. Lei nº 885, de 5 de junho de 1869. Petição de 24 de março de 1873. Acervo do Arquivo Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

● MULHER

Maioria oprimida

Da contratação à ascensão profissional, especialistas e números demonstram persistência da desigualdade de gênero em Pernambuco

Eliza Kobayashi
Regina Guerra

O discurso costuma ser o mesmo: homens têm disponibilidade para trabalhar por longos períodos e fazer viagens de negócios; mulheres precisam se dividir entre o lar, a maternidade e o trabalho. Eles são firmes; elas, mais frágeis. Esses estereótipos são usados, ainda hoje, para justificar o desequilíbrio entre os gêneros no ambiente profissional.

Um levantamento feito pelo Observatório do Mercado de Trabalho da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a pedido da reportagem, revela um cenário de desigualdade em organizações públicas e privadas do Estado. Os dados mostram que as mulheres ocupam pouco mais de 42% dos postos de trabalho ativos, mas são maioria entre os trabalhadores que recebem até um salário mínimo e meio, correspondendo a 52% dessa faixa salarial.

Na avaliação do coordenador do Observatório, o sociólogo Sidartha Soria, a cultura do machismo tem impedido o avanço pleno das mulheres. “Há uma crença de que há funções para cada gênero. Os filhos e a casa, por exemplo, são com elas”, explica. “Porém, as mulheres trabalham, o que vai obrigar uma mudança no padrão cultural, abrindo mais espaço para elas ascenderem profissionalmente.”

A cultura do machismo influencia desde a contratação, afirma a procuradora do Ministério Público do Trabalho (MPT) em Pernambuco Melícia Carvalho. Como exemplo, aponta o anúncio de vaga para a área comercial de uma casa de recepções do Recife que causou revolta nas redes sociais, em fevereiro passado. Na postagem, a empresa especificava que, mais que conhecimento compatível com a função, a candidata deveria ter nível socioeconômico para

frequentar bares, restaurantes e eventos de classe alta, além de morar em “bairros não populares”. O local está sendo investigado por suspeita de conduta preconceituosa.

Melícia Carvalho conta que ocorrências assim surpreendem, mas estão longe de ser exceção. “A gente ‘se acostumou’ a critérios discriminatórios de gênero e idade, mas não de condição social e residência. Ainda há, de forma velada, muita discriminação na recrutação de trabalhadores, especialmente mulheres”, observa.

Uma vez empregadas, outras dificuldades se apresentam: a dupla jornada favorece o assédio moral, com imposição de metas incompatíveis e mudanças constantes de horários, inconciliáveis com os cuidados domésticos. A procuradora também relata que algumas empresas adotam a prática de pagar salários até 30% menores para elas. “Às vezes, a atividade é a mesma, muda-se apenas o nome da função para que o preconceito não fique tão escancarado”, comenta Melícia.

Ainda de acordo com o estudo do Observatório, em Pernambuco, dos postos remunerados com mais de 20 salários, apenas 0,5% têm ocupação feminina. Quando a crise começou a desmobilizar trabalhadores, o emprego das mulheres foi o mais comprometido, respondendo pela maioria das demissões dos dois últimos quadrimestres de 2016.

Apesar disso, a igualdade de pagamento é uma das vitórias apontadas por Genusi Marques, agricultora familiar e diretora de Políticas para as Mulheres da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape). Em quase 40 anos de campanha salarial, conseguiu-se acabar com a prática de descontar do pagamento o dia em que a empregada, mesmo gestante, faltava para comparecer a consultas médicas. “São conquistas que têm se

dado em convenções coletivas, com muita luta e organização das mulheres.”

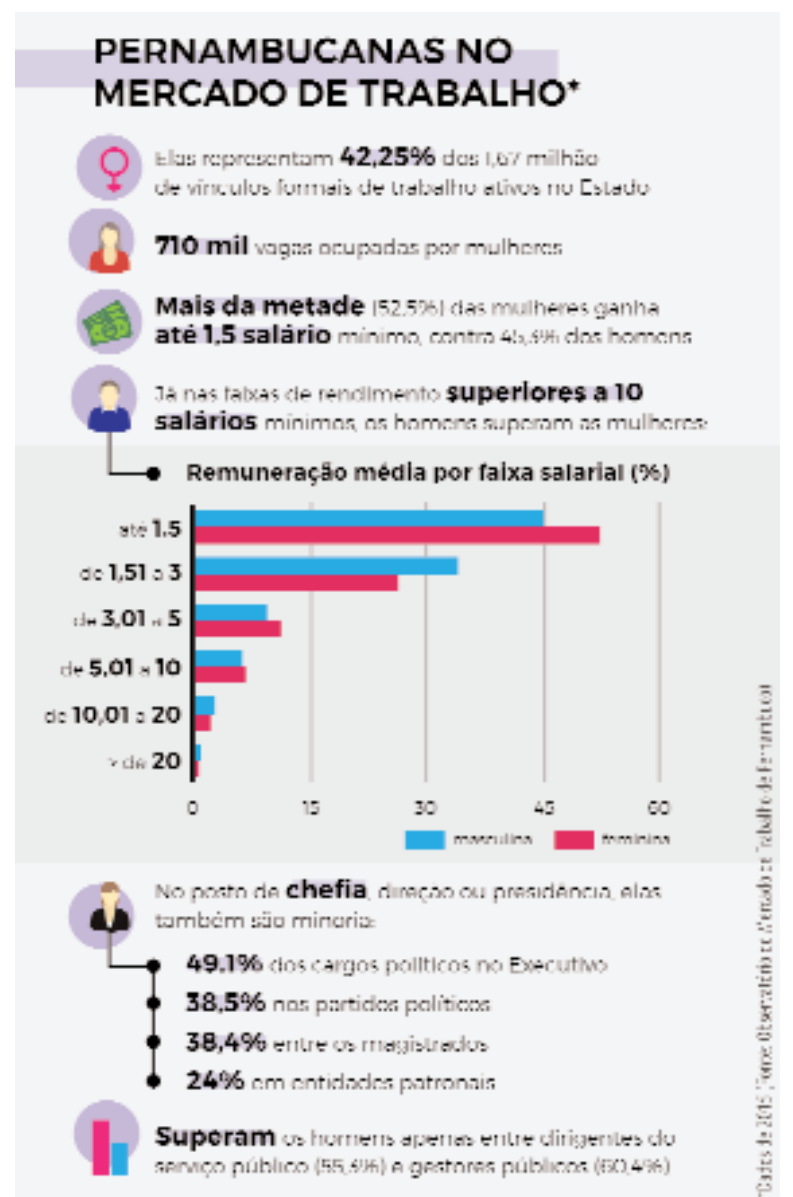
A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) tem um capítulo reservado ao emprego feminino, com normas relacionadas à saúde e penalidades para empresas com práticas discriminatórias, como a dispensa motivada por gênero e a exigência de atestado de gravidez ou esterilidade. Quando recebe denúncia, a auditora fiscal do Trabalho Felícia Mendonça promove a mediação entre patrão e empregada, bem como aponta medidas preventivas. “É uma questão de ordem pública. Uma mulher que se submete a carregar peso maior do que suporta vai adoecer, buscar o Sistema Único de Saúde (SUS) e a Previdência. Toda a sociedade fica prejudicada”, esclarece.

LIDERANÇA

Se as mulheres já enfrentam dificuldades para ingressar nas instituições e permanecer com salários compatíveis, ascender profissionalmente é uma barreira ainda mais difícil de ser transposta. No Brasil, 35% das vagas em cargos de direção nas organizações privadas são ocupadas por mulheres, segundo o Observatório, apesar de elas representarem 43,6% do mercado de trabalho nacional no último relatório do Ministério do Trabalho e Emprego.

Diretora-presidente de uma das maiores refinarias de açúcar em Pernambuco, Daniela Petribú enfrentou dificuldades quando assumiu o posto, há dois anos, em um ambiente tipicamente masculino. “Às vezes, sentia certa desconfiança no olhar das pessoas, principalmente dos mais velhos. Imaginava que estavam pensando: ‘O que essa menina está fazendo aqui?’”, lembra.

Segundo Melícia Carvalho, a predominância masculina nos espaços de poder envolve sexismo, machismo e, às vezes, “uma visão



misógina arraigada”. “Tenta-se desmerecer a mulher, sabotar a auto-estima dela, de forma que algumas até se questionam se são mesmo capazes. Ela se acha no dever de trabalhar o dobro e estar duas vezes mais qualificada para concorrer à mesma vaga que um homem”, exemplifica a procuradora do Trabalho.

O coordenador do Observatório explica que, apesar da paridade estar distante, existe uma tendência de elevação no número de mulheres em funções de chefia, que ele atribui ao movimento feminista. “Vemos uma mudança no perfil cultural das empresas, que se tornam mais plurais, abrindo espaço também para representantes de outras minorias políticas”, pontua Soria. O pesquisador ainda destaca que, no setor público, onde a seleção é feita em condições de igualdade, por meio de concursos, a presença feminina nos cargos de gestão chega a 47% no Brasil e a 60% em Pernambuco (ver gráfico).

A esfera governamental e partidária é apontada, no levantamento, como uma das mais resistentes a mudanças: em Pernambuco, elas são minoria entre cargos políticos e jurídicos, e também em partidos e entidades patronais. Além disso, no último pleito, somente 14% dos municípios pernambucanos elegeram mulheres para o comando das prefeituras.

Para a presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Alepe, deputada Simone Santana (PSB), a representatividade feminina precisa ser estimulada. “Existe a cota de 30% para candidatas em todas as eleições. Porém, muitas vezes, a norma só é cumprida formalmente, pois não é dada a condição para as mulheres serem efetivamente competitivas e chegarem ao êxito.” A parlamentar defende a reserva de vagas para mulheres na política, que poderia ser relaxada gradualmente, à medida que a sociedade absorva a importância da representação.

